



Declaração de voto

Ponto 3 (Autorização Prévia Genérica Favorável)

A Iniciativa Liberal votou **CONTRA** a presente proposta, por considerar que o limite de 200.000 euros continua a ser manifestamente excessivo e injustificado.

Fundamentamos a nossa posição nos seguintes termos:

- 1. A Falácia da Despesa Anual vs. Plurianual:** O Executivo utilizou um argumento intelectualmente desonesto ao comparar a despesa anual com a plurianual, alegando que "se for anual não há limite". Isto é falso. A despesa anual é debatida e aprovada em sede de Orçamento. Os compromissos plurianuais são de natureza diferente: **hipotecam o futuro da Freguesia** e condicionam orçamentos de anos seguintes. Ao pedir um cheque em branco para compromissos plurianuais, o Executivo está a pedir carta branca para amarrar a Freguesia a dívidas futuras sem passar pelo crivo desta Assembleia.
- 2. Desproporcionalidade Factual e o "Cheque em Branco":** A análise rigorosa ao histórico de contratação da Junta de Freguesia do Beato (Portal Base) expõe a total falta de adesão à realidade desta proposta. A celebração de contratos superiores a 100.000 euros é um evento estatisticamente residual nos últimos anos. Ao fixar o limite nos 200.000 euros, o Executivo não está a pedir uma margem de gestão flexível; está a pedir a **imunidade total ao escrutínio prévio** para a virtual totalidade dos atos de gestão que realizará no mandato. Criou-se uma "autoestrada" de 200 mil euros para um tráfego que não existe, garantindo apenas uma coisa: se um dia a despesa excepcional e de alto risco acontecer, ela passará, conveniente e invisivelmente, ao largo da fiscalização desta Assembleia.
- 3. A Cortina de Fumo da CML e a Incompetência no Planeamento:** O argumento de que a maioria destas despesas de valores elevados decorrem de "contratos de delegação de competências" ou que a ida à Assembleia "inviabiliza prazos de concursos públicos" é inaceitável. Primeiro, se há delegação de competências da CML, há previsibilidade e deve haver escrutínio redobrado, não facilitismo. Segundo, alegar que não se conseguem cumprir prazos de concursos públicos por causa de uma reunião de Assembleia (que se convoca em 8 dias) é uma confissão de **falta de planeamento**. A democracia não é um entrave burocrático; é a garantia do bom uso

dos dinheiros públicos. Quem não consegue planear com 8 dias de antecedência, não devia gerir orçamentos desta dimensão.

4. **A Fuga às Perguntas Incómodas:** A Iniciativa Liberal rejeita a tese da "falta de serviços". A verdadeira motivação não é técnica, é política: é o conforto do silêncio. Ao evitar trazer a esta Assembleia os contratos de maior relevo financeiro, o Executivo procura deliberadamente evitar o contraditório e **fugir a perguntas incómodas** sobre as suas opções de fundo.

5. **A Demissão Coletiva da Oposição:** Lamentamos profundamente a postura das restantes forças políticas de oposição que aprovaram a autorização — CDS, PSD e Chega. A viabilização desta medida revela uma triste realidade: **a comodidade e o facilitismo sobrepuseram-se à responsabilidade**. Ao aprovarem este cheque em branco, pelo **dobro** do valor das maiores freguesias de Lisboa, os eleitos destas forças políticas demitiram-se, na prática, da função principal para a qual foram eleitos: **fiscalizar**.

6. **Nota ao Executivo:** Fica o aviso de que a facilidade administrativa hoje conquistada não é um salvo-conduto. A Iniciativa Liberal passará a acompanhar, com vigilância redobrada e permanente, cada ato praticado ao abrigo desta autorização. **A IL não foi eleita para facilitar a vida ao poder, foi eleita para defender o interesse dos fregueses**.

Concluimos com uma certeza de que este voto hoje confirmou: **a democracia demora 8 dias; a opacidade dura 4 anos**.

Lisboa, 6 de janeiro de 2026.

O Eleito da Iniciativa Liberal
Ricardo Pita Freitas